



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de licença perpétua do ManageEngine Endpoint Central Security Edition para 450 endpoints (workstations) e de licença perpétua para 15 usuários administradores adicionais, incluindo a taxa de atualização anual para 2.000 dispositivos, 25 usuários administradores e a tradução do sistema

2. Fundamentação da Contratação

Os instrumentos tecnológicos são fundamentais para o bom funcionamento das organizações, uma vez que apoiam suas atividades-chave. Tais ferramentas são chamadas de ativos de TI (Tecnologia da Informação) e envolvem itens de hardware e software, formando ambientes complexos, no qual sistemas e dispositivos devem ser gerenciados da forma mais otimizada possível, alinhados aos objetivos do negócio e atendendo exigências cada vez maiores de desempenho, disponibilidade e segurança.

Nesse contexto, encontramos os chamados *Endpoints*, que são dispositivos finais conectados em uma rede corporativa. Como exemplo, podemos citar os computadores, *notebooks*, *smartphones* e câmeras de segurança. Tais equipamentos, por serem extremamente numerosos, de diferentes tipos e por localizarem-se tanto dentro, quanto fora (trabalho remoto) do espaço físico da organização, exigem dos setores de TI a alocação de times específicos para administrá-los, visando, principalmente, mitigar os riscos de segurança que os mesmos oferecem, por estarem conectados à rede e transmitirem informações, além de mantê-los funcionando com boa performance e com os *softwares* adequados para o desempenho das tarefas dos usuários.

São encontradas no mercado plataformas chamadas de UEM (*Unified Endpoint Management*) - Gerenciamento Unificado de *Endpoints* - que permitem o gerenciamento centralizado de todos os *Endpoints*. O objetivo é simplificar a administração de dispositivos e aumentar a segurança do ambiente. O TRESC conta com um ambiente tecnológico complexo, composto por aproximadamente 2000 (Dois Mil) computadores, 250 impressoras e uma ampla gama de softwares aplicativos e demais equipamentos. Considerando esse contexto, foi adquirida em 2023, uma solução chamada Endpoint Central, fabricada pela Manage Engine. Através dela, tarefas importantes e rotineiras foram automatizadas e otimizadas, resultando em ganhos de produtividade para a equipe de TI e benefício para os usuários. São exemplo de tarefas gerenciadas pelo Endpoint Central: atualização remota de imagens de Sistema Operacional, resultando em economia para a Instituição, já que anteriormente as máquinas precisavam ser transportadas dos Cartórios Eleitorais para a Sede do Tribunal para a realização desta tarefa; atualização centralizada de patches do Sistema Operacional e aplicativos, tarefa essencial para impedir que vulnerabilidades possam ser exploradas por Hackers em ataques; acesso remoto ao computador para manutenção em itens de software como arquivos, pastas, serviços e registros de configuração; implantação automática e em massa de aplicativos; controle de acesso a dispositivos; controle de licenças de software; controle de inventário de hardware; gerenciamento da criptografia das estações de trabalho (Bitlocker), dentre outros.

Importante mencionar também, que a utilização do Endpoint Central propicia satisfazer a recomendação resultante de auditoria no Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRESC, sobre solução para controle e monitoramento do uso dos *softwares*; além disso, está alinhada com uma das ações de cibersegurança do TSE, que objetiva que toda a Justiça Eleitoral adquira solução de Gestão de Ativos e Patches; representa, ainda, ganho de tempo e produtividade para os usuários dos serviços de TI do Tribunal, como consequência da agilização da prestação do suporte técnico e da administração centralizada da configuração, monitoramento e atualização dos ativos de TI.

O Contrato nº 065/2023 viabilizou a aquisição de licença perpétua para 1.550 endpoints, 10 usuários administradores e tradução para português do Endpoint Central Security Edition, incluindo a taxa anual de



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

atualização para garantir melhorias contínuas do software e correções de segurança. Com a rescisão do referido contrato, a renovação da taxa torna-se indispensável para assegurar a continuidade das atualizações.

Em decorrência do aumento do parque computacional, principalmente devido à recente aquisição de cerca de 430 novas estações de trabalho e à crescente demanda por mais equipamentos, faz-se necessária a ampliação do licenciamento para mais 450 endpoints, garantindo a cobertura adequada do ambiente tecnológico e o pleno suporte às necessidades operacionais do TRE-SC.

Além disso, visando expandir o uso da ferramenta para a equipe técnica da Central de Atendimento, será necessária também a aquisição de 15 licenças perpétuas para usuários administradores. O Endpoint Central proporciona acesso remoto com mais segurança e desempenho, além de permitir a auditoria detalhada das ações dos técnicos, assegurando maior controle e transparência. Essa expansão otimizará o suporte prestado, aprimorando a eficiência operacional e a segurança das operações.

3. Descrição da solução

GRUPO 1 - Solução Manage Engine Endpoint Central

Item	Bem/Serviço
1	Endpoint Central Security para 450 Endpoints (Workstations) - Licença Perpétua.
2	Endpoint Central Security para 2000* Endpoints (Workstations) (inclui uma licença de usuário administrador) - Taxa Anual de Atualização. *450 + 1550 que o TRE-SC já possui
3	Endpoint Central Addon - licença perpétua para 15 usuários administradores adicionais
4	Endpoint Central Addon - licença para 25* usuários administradores adicionais - Taxa Anual de Atualização. *15 + 10 que o TRE-SC já possui
5	Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - Taxa Anual de Atualização.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Este documento foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda e os Estudos Técnicos Preliminares encaminhados pela Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica, constantes do Processo Administrativo Eletrônico n. 6.235/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica aos serviços alvos deste termo de referência.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.3. Códigos SIASG

27472 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador.

4. Requisitos da contratação

Item 1:

4.1.1 Endpoint Central Security para 450 Endpoints - Licença Perpétua.

4.1.2 Deverá ter Integração completa com a licença existente para 1.550 endpoints do tipo workstations, permitindo o gerenciamento unificado de todos os dispositivos.

4.1.3 A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 2:

4.1.4 Endpoint Central Security para 2000 Endpoints (inclui uma licença de usuário administrador) - Taxa Anual de Atualização.

4.1.5 Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

4.1.6 A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

4.1.7 A licença deve ser totalmente compatível com o licenciamento atual, permitindo o gerenciamento unificado de todos os dispositivos licenciados (1550 que o TRE-SC já possui + 450 que serão adquiridas nessa contratação).

Item 3:

4.1.8 Endpoint Central Addon - Licença perpétua para 15 usuários administradores adicionais

4.1.9 A licença deve ser totalmente compatível com o licenciamento atual, permitindo a utilização de 25 usuários administradores (10 que o TRE-SC já possui + 15 que serão adquiridas nessa contratação)

4.1.10 A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 4:

4.1.11 Endpoint Central Addon - licença para 25 usuários administradores adicionais - Taxa Anual de Atualização.

4.1.12 Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição.

4.1.13 A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante.

Item 5:

4.1.14 Endpoint Central Multi-Language Pack License para tradução da solução para o português - Taxa Anual de Atualização.

4.1.15 Direito às atualizações, upgrades, correções de bug e patches, através de acesso aos repositórios fornecidos pelo fabricante da distribuição..

4.1.16 A licença deve ser registrada para o nome e domínio do TRESA junto ao fabricante..



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

As licenças do software (registradas para o nome e domínio do TRESC) e contas de acesso deverão ser disponibilizadas em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelos representantes do TRESC.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

A entrega deverá ser realizada via correio eletrônico para o seguinte endereço: csit-sgmpti@tre-sc.jus.br.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

Para todos os itens:

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica garantia ao objeto.

5.6. Vigência da contratação

O Contrato terá vigência de 5 (cinco) anos, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1 Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital

5.7.2 Promover, por meio da equipe designada no subitem 6.2, a gestão do Contrato, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1 Fornecer os produtos no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

5.8.2 Disponibilizar em até 20 (vinte) dias corridos após o recebimento, pela Contratada, do contrato assinado pelo representante do TRESC, as licenças do software (registradas para o nome e domínio do TRESC) e contas de acesso, à Seção de Gestão de Mudanças e Problemas pelo seguinte endereço eletrônico: csit-sgmpti@tre-sc.jus.br.

5.8.3 Fornecer todas as atualizações, upgrades, correções de bugs e patches que forem disponibilizadas pelo fabricante da solução.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.9. Transferência de conhecimento

Os serviços objeto desta contratação não exigem transferência de conhecimento, uma vez que a equipe da contratante está capacitada nas ferramentas relacionadas.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI
Fiscal técnico	Assistente I da Seção de Gestão de Mudanças e Problemas de TI
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de licenças e da prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não se aplica a esta contratação

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Trata-se de uma solução unificada de gerenciamento de Endpoints, na qual a ausência de qualquer um dos itens inviabilizaria o cumprimento dos objetivos da contratação. Além disso, para garantir a compatibilidade com o licenciamento atualmente em uso, bem como evitar eventuais dificuldades caso o fornecimento



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

envolvesse mais de um fornecedor, a adjudicação deverá ser global, assegurando o pleno licenciamento da solução.

9.2. Seleção do fornecedor

A licitante classificada em primeiro lugar deverá comprovar que é representante certificada da Manage Engine (fabricante do produto) no Brasil.

9.2.1. Critérios de habilitação

- Quando se tratar de pessoa física, nos casos em que for permitida a participação, certidão negativa de insolvência civil, nos termos da IN SEGES/ME n. 116/2021.
- Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant.	Valor unitário	Valor total
1	Endpoint Central Security - licença perpétua	450	330,35	148.657,50
2	Endpoint Central Security - atualização anual	2000	78,59	157.180,00
3	Endpoint Central Adon - licença perpétua	15	2.974,76	44.621,40
4	Endpoint Central Adon - atualização anual	25	722,59	18.064,75
5	Endpoint Central Multi-Language Pack License - atualização anual	1	1.625,16	1.625,16
VALOR ESTIMADO TOTAL				370.148,81

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Itens 1 e 4 do Plano de Contratações 2025 - Anexo III - conforme transcrito abaixo:

Gerenciamento de Endpoints

11.2. Plano de Logística Sustentável

O objeto desta contratação não tem impacto e está alinhado com o Plano de Logística Sustentável.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11.3. Outros instrumentos

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
PETI	<ul style="list-style-type: none"> ● RE1 – Satisfação dos usuários de TIC. ● RE2 – Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC. ● RE3 – Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio.
PDTI	<ul style="list-style-type: none"> ● OE4 – Promover Serviços de Infraestrutura e Soluções Corporativas. ● OE6 – Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	2.122.0033.21EE.0001	4.4.90.40	148.657,50
2	2.122.0033.21EE.0001	3.3.90.40	157.180,00
3	2.122.0033.21EE.0001	4.4.90.40	44.621,40
4	2.122.0033.21EE.0001	3.3.90.40	18.064,75
5	2.122.0033.21EE.0001	3.3.90.40	1.625,16
Total			370.148,81

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

- a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;
- b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor proporcional da parcela não executada;
- c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor proporcional ao período remanescente, a contar da data do inadimplemento;
- d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.